



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

BRUNA LAÍS DOS SANTOS NASCIMENTO PEIXOTO

KESIA DE JESUS NEPOMUCENO SILVA

PAULEANNE ANDRADE PINHEIRO

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PARA A
SUPERAÇÃO DE BARREIRAS À APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

CARACARAÍ/RR

2026

**BRUNA LAÍS DOS SANTOS NASCIMENTO PEIXOTO
KESIA DE JESUS NEPOMUCENO SILVA
PAULEANNE ANDRADE PINHEIRO**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PARA A
SUPERAÇÃO DE BARREIRAS À APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

CARACARAÍ/RR

2026

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DE BARREIRAS À APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

¹ Bruna Laís dos S. Nascimento Peixoto

² Kesia de Jesus Nepomuceno Silva

³ Pauleanne Andrade Pinheiro

RESUMO

O presente estudo aborda a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase nos processos de alfabetização e letramento e nas estratégias pedagógicas voltadas à eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fundamenta-se no princípio de que a educação inclusiva assegura o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem, reconhecendo que barreiras pedagógicas, comunicacionais, arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais podem comprometer o desenvolvimento educacional. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo analisar as estratégias pedagógicas e os desafios relacionados à alfabetização e ao letramento na perspectiva da Educação Inclusiva, considerando práticas que favoreçam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial no contexto da escola comum. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos legais e produções acadêmicas sobre Educação Especial, alfabetização, letramento e Educação Inclusiva. Os resultados evidenciam que a flexibilização curricular, a utilização de recursos de acessibilidade, as tecnologias assistivas e digitais, a mediação pedagógica, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a atuação colaborativa entre professores, famílias e equipe multiprofissional constituem estratégias essenciais para promover a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes. Conclui-se que a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva requer o compromisso coletivo da comunidade escolar com a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação, assegurando condições de equidade, acessibilidade e qualidade educacional, de modo a garantir o direito de aprender e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: alfabetização; letramento; Educação Especial; Educação Inclusiva; acessibilidade; Desenho Universal para a Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento constituem processos fundamentais para o desenvolvimento integral do indivíduo e para sua inserção nas práticas sociais mediadas pela

linguagem. Mais do que a apropriação do sistema de escrita alfabética, esses processos envolvem a construção de significados e o uso da leitura e da escrita como práticas sociais, favorecendo o exercício da cidadania, o desenvolvimento da autonomia e a participação ativa na sociedade.

Nesse contexto, a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva configura-se como uma modalidade de ensino transversal que assegura aos estudantes público-alvo da Educação Especial o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem nas classes comuns do ensino regular, por meio da eliminação de barreiras e da oferta de recursos e serviços de acessibilidade. Nessa perspectiva, a educação inclusiva consolida-se como um paradigma educacional comprometido com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades, promovendo a equidade e valorizando a diversidade no ambiente escolar. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça o compromisso da escola com a educação integral, a equidade e o respeito à diversidade, orientando práticas pedagógicas que assegurem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes.

1 Acadêmico Bruna Laís dos S. N. Peixoto, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. E-mail: brunalaispeixoto@gmail.com

2 Acadêmico Kesia de Jesus Nepomuceno Silva, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. E-mail: kesinhanepomusilva22@gmail.com

3 Acadêmico Pauleanne Andrade Pinheiro, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. E-mail: pauleanneap2@gmail.com

Entretanto, os processos de alfabetização e letramento ainda são permeados por diferentes barreiras que podem comprometer o desenvolvimento dos educandos. Essas barreiras não se restringem aos estudantes com deficiência ou com diagnósticos específicos, podendo estar relacionadas a fatores pedagógicos, comunicacionais, atitudinais, sociais e institucionais que dificultam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem no contexto escolar.

Diante dessa realidade, o presente estudo busca responder à seguinte questão norteadora: **como a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas pode promover a alfabetização e o letramento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, assegurando sua aprendizagem, participação e desenvolvimento nos anos iniciais do Ensino Fundamental?**

Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar as estratégias pedagógicas e os desafios envolvidos nos processos de alfabetização e letramento, considerando as especificidades da Educação Especial e a necessidade de promover práticas educacionais inclusivas que assegurem o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, em consonância com os princípios da equidade, da acessibilidade e do respeito à diversidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos legais e produções acadêmicas relacionadas à alfabetização, ao letramento, à Educação Especial e à Educação Inclusiva.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A primeira aborda os fundamentos teóricos da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A segunda apresenta os princípios da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destacando seus fundamentos legais e pedagógicos. A terceira discute as barreiras à aprendizagem e à participação, enfatizando os princípios da equidade, da acessibilidade e do respeito à diversidade.

A quarta analisa as estratégias pedagógicas inclusivas, os recursos de acessibilidade e as práticas educacionais que favorecem a alfabetização, o letramento, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial e dos demais estudantes da escola comum. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais são retomados os principais resultados e as contribuições deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundamentos teóricos da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Os processos de alfabetização e letramento constituem dimensões complementares e indissociáveis do desenvolvimento da linguagem escrita. Conforme Soares (2020), alfabetizar consiste em possibilitar ao indivíduo a apropriação do sistema de escrita alfabética, enquanto o letramento refere-se à capacidade de utilizar a leitura e a escrita nas diferentes práticas sociais. Dessa forma, compreende-se que aprender a ler e a escrever ultrapassa a mera decodificação de símbolos, envolvendo a construção de significados e a utilização da linguagem escrita em diferentes contextos sociais e culturais.

Corroborando essa perspectiva, Ferreiro e Teberosky (1999) defendem que a aprendizagem da escrita ocorre por meio de um processo ativo de construção do conhecimento,

no qual a criança formula hipóteses e reelabora continuamente suas concepções acerca da linguagem escrita. Essa compreensão rompe com práticas pedagógicas mecanicistas e evidencia a necessidade de metodologias que respeitem os diferentes ritmos, estilos e formas de aprendizagem dos estudantes, valorizando sua participação ativa na construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, Mantoan (2015) destaca que a escola inclusiva deve reconhecer a diversidade humana como uma característica inerente ao ambiente educacional, reorganizando suas práticas pedagógicas para garantir condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência de todos os estudantes, sem distinções ou qualquer forma de exclusão. Tal compreensão reforça que a inclusão não se limita ao acesso à escola, mas exige a construção de práticas pedagógicas que assegurem oportunidades de aprendizagem equitativas.

Em consonância com essa concepção, Freire (1989) afirma que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", ressaltando a importância de uma educação que considere as experiências, os conhecimentos prévios e a realidade vivenciada pelos estudantes. Assim, os processos de alfabetização e letramento devem ser compreendidos como práticas sociais capazes de promover a autonomia, a participação e o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível que essas práticas sejam acessíveis a todos os estudantes, independentemente de suas condições, especificidades ou necessidades educacionais, assegurando o direito à aprendizagem em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que a alfabetização seja desenvolvida de forma articulada ao letramento, valorizando práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e significativas, capazes de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Desse modo, a atuação docente deve pautar-se em estratégias diversificadas que respeitem a diversidade presente no ambiente escolar e promovam uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva.

2.2 Princípios da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e seus fundamentos legais e pedagógicos

A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da educação como um direito de todos, orientando-se pelos princípios da equidade, da acessibilidade, da participação e da valorização da diversidade. Essa perspectiva rompe com concepções segregacionistas, que compreendiam a deficiência como um problema exclusivamente individual, e passa a defender a eliminação das barreiras que limitam a

participação e a aprendizagem dos estudantes no ambiente escolar. Conforme Boff e Machado (2024), a transição do modelo médico para o modelo social da deficiência representa um avanço significativo, pois desloca o foco das limitações do indivíduo para a necessidade de transformação das práticas pedagógicas, das políticas públicas e dos contextos educacionais.

Nesse contexto, a Educação Especial é compreendida como uma modalidade transversal de ensino, destinada a oferecer suporte aos estudantes público-alvo da Educação Especial por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da formação continuada dos professores, da promoção da acessibilidade em suas diferentes dimensões e da articulação entre a escola, a família e os demais serviços de apoio. Por sua vez, a Educação Inclusiva constitui uma perspectiva política, pedagógica e cultural que assegura o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem na escola comum, sem qualquer forma de discriminação ou exclusão.

Os fundamentos legais dessa perspectiva estão alicerçados em importantes documentos nacionais e internacionais, entre os quais se destacam a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 – e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos reconhecem que a deficiência resulta da interação entre os impedimentos apresentados pelo indivíduo e as barreiras existentes na sociedade, reafirmando a responsabilidade dos sistemas de ensino em garantir condições efetivas de acesso, participação, aprendizagem e permanência de todos os estudantes. Boff e Machado (2024) destacam, entretanto, que ainda existe um distanciamento entre os avanços previstos na legislação e sua efetiva concretização nas práticas escolares, evidenciando a necessidade de fortalecimento de uma cultura institucional fundamentada nos direitos humanos e na valorização da diversidade.

No âmbito pedagógico, Zerbato e Mendes (2018) afirmam que a inclusão escolar não se limita ao ingresso do estudante na escola comum, mas pressupõe sua permanência, participação ativa e aprendizagem com qualidade. As autoras ressaltam que práticas baseadas exclusivamente em adaptações individualizadas tendem a ampliar a sobrecarga docente e nem sempre favorecem a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Como alternativa, defendem o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), abordagem que propõe o planejamento do ensino desde sua concepção para atender à diversidade presente nas salas de aula, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores.

O Desenho Universal para a Aprendizagem fundamenta-se em três princípios: oferecer múltiplas formas de engajamento, diferentes formas de representação dos conteúdos e variadas

possibilidades de ação e expressão da aprendizagem. Esses princípios reconhecem que cada estudante aprende de maneira singular e, por isso, o currículo deve ser flexível, acessível e responsivo às diferentes necessidades educacionais. Nessa perspectiva, o planejamento pedagógico deixa de estar centrado em um modelo homogêneo de ensino e passa a considerar os distintos ritmos, interesses, potencialidades e formas de participação dos estudantes, promovendo maior equidade no processo educativo.

As contribuições de Boff e Machado (2024) e de Zerbato e Mendes (2018) convergem ao evidenciar que a efetivação da Educação Inclusiva depende da superação das barreiras físicas, arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, bem como da formação continuada dos professores, do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação e da implementação de práticas pedagógicas acessíveis.

Desse modo, a inclusão deixa de ser compreendida apenas como a presença física do estudante na escola comum e passa a representar um compromisso institucional com a garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento de todos os estudantes, respeitando a diversidade humana como princípio fundamental da educação e assegurando os direitos previstos na legislação educacional brasileira.

2.3 Barreiras à aprendizagem e à participação: ênfase nos princípios da equidade, da acessibilidade e do respeito à diversidade

Com base no referencial teórico analisado, compreende-se que a Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio de que todas as pessoas têm o direito de aprender, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades nos diferentes espaços educacionais. Para Mantoan (2015), a inclusão não se restringe aos estudantes público-alvo da Educação Especial, mas representa uma transformação da escola para que ela seja capaz de acolher e responder às necessidades de todos os educandos. Nessa perspectiva, o respeito às singularidades favorece a promoção de oportunidades equitativas de aprendizagem e fortalece o direito de todos a uma educação de qualidade.

Corroborando essa compreensão, Boff e Machado (2024) ressaltam que a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva está fundamentada no modelo social da deficiência, segundo o qual as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não decorrem exclusivamente de suas características individuais, mas da interação entre suas condições e as barreiras existentes no ambiente escolar e na sociedade. Dessa forma, a efetivação da inclusão requer a eliminação das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas,

instrumentais, tecnológicas e atitudinais, assegurando condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades.

Nesse contexto, Booth e Ainscow (2011) afirmam que as barreiras à aprendizagem e à participação podem ser compreendidas como dimensões culturais, políticas e práticas, cuja identificação e superação constituem elementos essenciais para a construção de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos. Os autores destacam que as dificuldades encontradas pelos estudantes não devem ser atribuídas exclusivamente às suas características individuais, mas compreendidas como resultado das barreiras produzidas pelos contextos escolares, pelas políticas institucionais e pelas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Em consonância com essa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforça a necessidade de garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, promovendo a eliminação das barreiras que dificultam seu desenvolvimento educacional. Do mesmo modo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que os sistemas de ensino desenvolvam práticas pedagógicas pautadas na equidade, no respeito à diversidade e na garantia dos direitos de aprendizagem, assegurando a participação de todos os estudantes em ambientes educacionais inclusivos.

Nesse sentido, Boff e Machado (2024) afirmam que a consolidação da Educação Inclusiva depende da implementação de políticas públicas efetivas, da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da formação continuada dos professores e da garantia da acessibilidade em todas as suas dimensões, permitindo que os princípios estabelecidos pela legislação sejam efetivamente concretizados nas práticas escolares.

Corroborando essa discussão, Cordeiro e Rosa (2024) destacam que a Educação Inclusiva constitui um princípio essencial para a construção de uma sociedade mais democrática, equitativa e socialmente justa. Ao reconhecer e valorizar a diversidade humana, essa perspectiva rompe com práticas excludentes e promove um ambiente escolar acessível, acolhedor e comprometido com o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Para os autores, a inclusão ultrapassa a simples presença física do estudante na escola, exigindo transformações nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na cultura institucional, de modo a garantir uma educação significativa e de qualidade para todos.

Complementando essa discussão, Zerbato e Mendes (2018) defendem que a superação das barreiras à aprendizagem requer mudanças no planejamento pedagógico, propondo a adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Segundo as autoras, a organização de currículos flexíveis, a utilização de múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, diferentes

estratégias de engajamento e variadas possibilidades de ação e expressão favorecem a participação de todos os estudantes, reduzindo as barreiras pedagógicas e ampliando as oportunidades de aprendizagem.

Em consonância com essa perspectiva, Vygotsky (1997) contribui significativamente ao afirmar que o desenvolvimento humano resulta das interações sociais e das mediações estabelecidas entre o indivíduo e o meio. Dessa forma, as limitações não devem ser compreendidas como impedimentos absolutos para a aprendizagem, uma vez que o desenvolvimento pode ser potencializado por meio da oferta de recursos de acessibilidade, adaptações curriculares, mediações pedagógicas qualificadas e práticas educativas que valorizem as potencialidades de cada estudante.

Diante do exposto, verifica-se que a equidade, a acessibilidade e o respeito à diversidade constituem princípios indissociáveis da Educação Inclusiva. A construção de ambientes escolares acessíveis, associada ao planejamento pedagógico flexível, à eliminação das barreiras e à valorização das diferenças, favorece a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Desse modo, reafirma-se o compromisso da escola com a garantia do direito à educação de qualidade para todos, em consonância com os princípios da Educação Inclusiva, da BNCC e da legislação educacional brasileira.

2.4 Estratégias pedagógicas inclusivas

A construção de práticas pedagógicas inclusivas exige o reconhecimento da heterogeneidade como característica inerente aos contextos educacionais. Nessa perspectiva, o papel do professor consiste em organizar situações de aprendizagem que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, considerando suas potencialidades, necessidades e diferentes formas de aprender. Assim, a prática pedagógica inclusiva pressupõe que o docente compreenda a diversidade como elemento constitutivo da sala de aula e desenvolva estratégias que garantam oportunidades equitativas de aprendizagem, independentemente da existência de diagnósticos ou de necessidades educacionais formalmente identificadas (Mantoan, 2015).

Sob essa perspectiva, ensinar em uma escola inclusiva significa superar práticas padronizadas e adotar metodologias flexíveis, capazes de responder à diversidade presente no ambiente escolar. Dessa forma, adaptações pedagógicas, flexibilização curricular, recursos didáticos diversificados, estratégias colaborativas, avaliações inclusivas e o uso de tecnologias digitais e assistivas tornam-se elementos essenciais para a promoção da aprendizagem. Além

disso, a utilização desses recursos amplia as possibilidades de participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial e favorece o desenvolvimento de todos os educandos.

A Declaração de Salamanca (1994) reforça esse entendimento ao afirmar que a inclusão escolar ultrapassa o simples acesso dos estudantes à escola, exigindo a superação das barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação. O documento defende a construção de escolas capazes de acolher a diversidade humana, promovendo condições para que cada estudante desenvolva plenamente suas potencialidades acadêmicas, sociais e culturais.

Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação integrada entre escola, família, profissionais especializados e comunidade, bem como da formação continuada dos professores, para que estejam preparados para responder às diferentes demandas presentes nas salas de aula. Assim, diversas estratégias pedagógicas podem contribuir para a superação das barreiras à aprendizagem, destacando-se a diferenciação pedagógica, a flexibilização curricular, a aprendizagem colaborativa, o uso de tecnologias digitais e assistivas, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a avaliação inclusiva.

A Educação Inclusiva compreende que as dificuldades de aprendizagem e participação não decorrem exclusivamente das características individuais dos estudantes, mas das barreiras existentes nos contextos escolar e social. Nessa perspectiva, o foco desloca-se da deficiência para a necessidade de eliminar obstáculos físicos, arquitetônicos, pedagógicos, comunicacionais, metodológicos, tecnológicos e atitudinais que limitam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. Segundo Boff e Machado (2024), o modelo social da deficiência reconhece que a exclusão é produzida pelas barreiras impostas pela sociedade, cabendo às instituições educacionais reorganizar suas práticas para assegurar o direito à educação em condições de igualdade.

Os autores destacam que, embora o Brasil disponha de um amplo conjunto de legislações voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, ainda persistem desafios relacionados à infraestrutura escolar, às barreiras atitudinais, à permanência de concepções fundamentadas no modelo médico da deficiência e à insuficiente formação docente. Esses fatores dificultam a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Para superar tais desafios, torna-se imprescindível transformar os dispositivos legais em ações concretas, fortalecendo uma cultura institucional pautada na equidade, na acessibilidade, na valorização da diversidade e na garantia do direito à aprendizagem.

Nesse sentido, a acessibilidade constitui um dos pilares da Educação Inclusiva, abrangendo dimensões arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, tecnológicas e atitudinais. Conforme Boff e Machado (2024), a Educação Especial deve atuar

de forma articulada com a escola comum, oferecendo Atendimento Educacional Especializado (AEE), recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, formação continuada aos professores e apoio pedagógico que favoreça a participação plena dos estudantes público-alvo da Educação Especial, respeitando suas especificidades e potencialidades.

Corroborando essa perspectiva, Zerbato e Mendes (2018) afirmam que garantir a inclusão escolar significa assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. As autoras ressaltam que adaptações individualizadas, quando utilizadas isoladamente, nem sempre são suficientes para responder à diversidade presente nas salas de aula. Por essa razão, defendem o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma abordagem capaz de orientar o planejamento pedagógico desde sua concepção, reduzindo barreiras e ampliando as oportunidades de aprendizagem.

O DUA propõe que o currículo seja organizado considerando a heterogeneidade dos estudantes, oferecendo múltiplas formas de engajamento, diferentes maneiras de apresentação dos conteúdos e variadas possibilidades de ação e expressão da aprendizagem. Essa abordagem reconhece que cada estudante apresenta ritmos, interesses, potencialidades e formas próprias de aprender, fortalecendo os princípios da equidade, da acessibilidade e do respeito à diversidade. Em vez de adaptar o ensino apenas para determinados estudantes, busca-se construir práticas pedagógicas acessíveis desde o planejamento inicial, beneficiando toda a comunidade escolar.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o processo de ensino e aprendizagem seja pautado em práticas pedagógicas inclusivas, respeitando as diferenças individuais, promovendo a equidade e assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Dessa forma, o planejamento docente deve contemplar estratégias diversificadas que favoreçam a participação ativa dos alunos e contribuam para a construção de ambientes escolares mais democráticos e inclusivos.

Diante do exposto, conclui-se que a efetivação da Educação Inclusiva depende da adoção de práticas pedagógicas flexíveis, do planejamento colaborativo, da formação continuada dos professores e da eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação. Assim, a promoção da equidade, da acessibilidade e do respeito à diversidade fortalece a construção de uma escola comprometida com a aprendizagem, o desenvolvimento integral e o exercício da cidadania de todos os estudantes.

2.4.1 Os recursos de acessibilidade

Os recursos de acessibilidade constituem elementos essenciais para a efetivação da Educação Inclusiva, pois possibilitam que todos os estudantes participem do processo de ensino e aprendizagem em condições de equidade. Na perspectiva da Educação Especial, a acessibilidade ultrapassa a eliminação de barreiras arquitetônicas, abrangendo também recursos comunicacionais, metodológicos, instrumentais, tecnológicos e atitudinais que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Conforme Boff e Machado (2024), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação continuada dos professores, a participação da família e a garantia da acessibilidade em suas diferentes dimensões constituem condições indispensáveis para a efetivação da inclusão escolar. As autoras ressaltam que a educação inclusiva exige a eliminação das barreiras presentes no currículo, nas metodologias, nos recursos didáticos e nas práticas pedagógicas, possibilitando que todos os estudantes desenvolvam plenamente suas potencialidades.

Nesse contexto, torna-se fundamental que a escola promova recursos, estratégias e práticas pedagógicas que respeitem as diferentes necessidades educacionais, favorecendo a participação ativa dos estudantes em todas as atividades escolares. Essa perspectiva está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta os sistemas de ensino a garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, por meio de práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e equitativas.

Corroborando essa compreensão, Zerbato e Mendes (2018) apresentam o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma abordagem pedagógica capaz de ampliar a acessibilidade educacional. Segundo as autoras, o ensino deve ser planejado desde sua concepção para atender à diversidade presente nas salas de aula, reduzindo a necessidade de adaptações individualizadas e promovendo ambientes de aprendizagem mais acessíveis e inclusivos. Nessa perspectiva, os recursos de acessibilidade deixam de beneficiar apenas um grupo específico de estudantes e passam a favorecer toda a turma, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

Entre os recursos de acessibilidade destacados pelas autoras estão a utilização de livros digitais, softwares educacionais, recursos audiovisuais, materiais concretos e táteis, textos gravados, mapas conceituais, esquemas, jogos pedagógicos, músicas, tecnologias assistivas e diferentes formas de apresentação dos conteúdos. Também são recomendadas estratégias como a aprendizagem colaborativa, a tutoria entre pares, o trabalho em grupos heterogêneos e a oferta

de múltiplas possibilidades para que os estudantes demonstrem seus conhecimentos, respeitando seus diferentes estilos, ritmos e formas de aprendizagem.

Além dos recursos materiais e tecnológicos, destaca-se a importância da acessibilidade atitudinal, caracterizada pela construção de relações pautadas no respeito, na valorização da diversidade e no combate a práticas discriminatórias. Essa dimensão fortalece o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva, favorecendo o sentimento de pertencimento, a participação e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Dessa forma, os recursos de acessibilidade constituem instrumentos fundamentais para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo para a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação e ampliando as oportunidades educacionais. Conforme evidenciam Boff e Machado (2024) e Zerbato e Mendes (2018), a inclusão somente se efetiva quando os recursos, as metodologias, o planejamento pedagógico e as atitudes da comunidade escolar são organizados de modo a contemplar a diversidade humana, assegurando igualdade de oportunidades, equidade e o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

2.4.2 Práticas educacionais que favorecem a alfabetização, o letramento, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial e dos demais estudantes da escola comum

2.4.2.1 Diferenciação Pedagógica

A diferenciação pedagógica constitui uma das principais estratégias para a promoção da Educação Inclusiva, uma vez que possibilita a organização de práticas de ensino capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula. Essa abordagem consiste na adaptação dos processos de ensino às diferentes necessidades, interesses, potencialidades e ritmos de aprendizagem dos estudantes, favorecendo a participação ativa e o desenvolvimento de todos.

É importante destacar que a diferenciação pedagógica não implica a elaboração de um currículo distinto para cada estudante, mas a diversificação das estratégias de ensino, dos recursos didáticos, das atividades e dos processos avaliativos, garantindo oportunidades equitativas de aprendizagem. Dessa forma, busca-se assegurar que todos os estudantes tenham acesso ao currículo comum, respeitando suas especificidades e promovendo seu desenvolvimento integral.

Segundo Tomlinson (2014), a diferenciação pedagógica ocorre quando o professor flexibiliza os conteúdos, as metodologias, os recursos e as formas de avaliação, considerando as características individuais dos estudantes e favorecendo sua participação no processo

educativo. Nessa perspectiva, o planejamento pedagógico torna-se mais flexível e responsivo às diferentes formas de aprender, fortalecendo o protagonismo dos estudantes e contribuindo para a construção de ambientes escolares mais inclusivos.

No contexto educacional contemporâneo, as práticas pedagógicas inclusivas têm se afastado de modelos padronizados de ensino e aproximado-se de abordagens centradas na valorização da diversidade, na personalização das aprendizagens e na oferta de apoios pedagógicos diferenciados. Esse movimento está em consonância com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o desenvolvimento de práticas educativas capazes de assegurar os direitos de aprendizagem, respeitando as diferenças e promovendo a equidade.

Assim, a diferenciação pedagógica rompe com práticas homogêneas de ensino ao reconhecer que a aprendizagem ocorre de maneiras distintas para cada estudante. Consequentemente, os processos de alfabetização e letramento deixam de estar vinculados a um único método de ensino e passam a contemplar diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento, por meio de estratégias diversificadas, recursos acessíveis e metodologias que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, especialmente daqueles público-alvo da Educação Especial.

2.4.2.2 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular constitui uma estratégia fundamental para a promoção da Educação Inclusiva, pois possibilita a reorganização dos objetivos de aprendizagem, dos conteúdos, das metodologias, dos recursos didáticos e dos processos avaliativos, preservando as aprendizagens essenciais previstas no currículo. Essa abordagem permite que os estudantes percorram diferentes trajetórias para alcançar os objetivos educacionais, respeitando suas potencialidades, necessidades, ritmos e formas de aprendizagem.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar exige a reorganização das práticas pedagógicas e do currículo para responder à diversidade presente nas salas de aula, superando modelos padronizados de ensino. Nessa perspectiva, flexibilizar o currículo não significa reduzir sua qualidade ou simplificar os conteúdos, mas garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento de forma significativa, participativa e equitativa.

Corroborando essa compreensão, Meyer, Rose e Gordon (2014), idealizadores do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), defendem que o planejamento pedagógico deve contemplar múltiplas formas de engajamento, diferentes formas de representação dos conteúdos e variadas possibilidades de ação e expressão da aprendizagem. Essa abordagem

reconhece que os estudantes aprendem de maneiras distintas e, por isso, o currículo deve ser planejado de forma flexível e acessível desde sua concepção, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores.

Nesse contexto, o professor deixa de atuar apenas como transmissor de conteúdos e assume o papel de mediador do processo de ensino e aprendizagem, organizando experiências pedagógicas que favoreçam a participação ativa, a autonomia e o desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente de suas características, ritmos ou necessidades de apoio.

Essa perspectiva encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a organização de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, o respeito à diversidade e a garantia dos direitos de aprendizagem. Dessa forma, a flexibilização curricular favorece a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, democráticos e acessíveis, assegurando que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprender e desenvolver suas potencialidades.

Assim, a flexibilização curricular configura-se como um instrumento essencial para a efetivação da Educação Inclusiva, pois permite conciliar a garantia das aprendizagens essenciais com o respeito às diferenças individuais, fortalecendo práticas pedagógicas que promovam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

2.4.2.3 Aprendizagem Colaborativa

A aprendizagem colaborativa destaca-se como uma importante estratégia pedagógica para a promoção da Educação Inclusiva, uma vez que favorece a interação entre os estudantes, estimula a construção coletiva do conhecimento e fortalece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e afetivas. Essa abordagem reconhece que a aprendizagem ocorre de forma mais significativa quando os estudantes participam ativamente de situações de cooperação, diálogo e troca de experiências.

Por meio da realização de atividades em duplas, pequenos grupos, projetos cooperativos e outras práticas colaborativas, a escola amplia as oportunidades de participação, incentiva a solidariedade e promove o respeito às diferenças, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento de todos os estudantes. Nessa perspectiva, a diversidade deixa de ser compreendida como obstáculo e passa a constituir um elemento enriquecedor do processo educativo.

Segundo Stainback e Stainback (1999), os ambientes colaborativos favorecem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, fortalecendo relações de respeito mútuo,

cooperação e valorização da diversidade. Para os autores, a aprendizagem compartilhada amplia as oportunidades de participação de todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma cultura escolar inclusiva.

Nos processos de alfabetização e letramento, a aprendizagem colaborativa possibilita que crianças com diferentes níveis de desenvolvimento compartilhem conhecimentos, formulem hipóteses sobre a linguagem escrita, resolvam problemas coletivamente e desenvolvam competências linguísticas por meio da interação social. Essa dinâmica favorece não apenas a aquisição da leitura e da escrita, mas também o desenvolvimento da autonomia, da comunicação e das habilidades socioemocionais.

Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Vygotsky (1997), ao reconhecer que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada por outras pessoas. Assim, o trabalho colaborativo entre os estudantes potencializa a aprendizagem, amplia as possibilidades de participação e contribui para o desenvolvimento de competências que dificilmente seriam alcançadas de forma isolada.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva a adoção de práticas pedagógicas que promovam a cooperação, o protagonismo estudantil, o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral dos educandos. Dessa forma, a aprendizagem colaborativa fortalece os princípios da Educação Inclusiva ao criar oportunidades para que todos os estudantes aprendam em conjunto, respeitando suas diferenças e contribuindo para a construção de uma escola mais democrática, participativa e equitativa.

Assim, a aprendizagem colaborativa configura-se como uma estratégia pedagógica essencial para a efetivação da Educação Inclusiva, pois favorece a construção coletiva do conhecimento, fortalece as relações interpessoais e amplia as oportunidades de aprendizagem, assegurando a participação ativa e o desenvolvimento de todos os estudantes.

2.4.2.4 Tecnologias Digitais e Tecnologias Assistivas

No cenário educacional contemporâneo, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e as Tecnologias Assistivas desempenham papel fundamental na promoção da Educação Inclusiva, pois ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento, favorecem a eliminação de barreiras e contribuem para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, inovadoras e significativas. Quando utilizadas de forma planejada e articuladas aos objetivos pedagógicos, essas tecnologias potencializam os processos de alfabetização, letramento, aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes.

Segundo Moran (2013), as tecnologias digitais, quando utilizadas de forma intencional e integradas às práticas pedagógicas, ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem, favorecendo a participação ativa dos estudantes, a personalização do ensino e a construção de ambientes educacionais mais inclusivos. Nessa perspectiva, o uso das tecnologias possibilita diversificar metodologias, ampliar as formas de comunicação e estimular o protagonismo dos estudantes no processo de construção do conhecimento.

Além disso, Bersch (2017) destaca que as Tecnologias Assistivas constituem importantes recursos de acessibilidade, contribuindo para eliminar barreiras comunicacionais, motoras, sensoriais e pedagógicas que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Esses recursos favorecem maior autonomia, independência e inclusão, possibilitando que todos os estudantes tenham condições de participar efetivamente das atividades escolares.

Entre os recursos tecnológicos que podem ser utilizados no contexto educacional destacam-se softwares educativos, leitores de tela, sintetizadores de voz, pranchas de comunicação alternativa, ampliadores de texto, tablets, computadores, jogos digitais, aplicativos educacionais, plataformas de aprendizagem, livros digitais e demais recursos de tecnologia assistiva. Quando integrados ao planejamento pedagógico, esses instrumentos favorecem os processos de alfabetização e letramento, ampliando as oportunidades de aprendizagem e respeitando as diferentes formas de aprender.

Essa perspectiva está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que incentiva o uso crítico, ético e criativo das tecnologias digitais como ferramenta de apoio ao desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes. Da mesma forma, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) reforça a importância da utilização de múltiplos recursos e diferentes formas de representação, engajamento e expressão, possibilitando que todos os estudantes tenham acesso ao currículo em condições de equidade.

Dessa forma, as Tecnologias Digitais e as Tecnologias Assistivas constituem importantes aliadas na efetivação da Educação Inclusiva, pois favorecem a eliminação de barreiras, ampliam o acesso ao conhecimento, promovem a participação ativa dos estudantes e fortalecem práticas pedagógicas mais flexíveis, acessíveis e inclusivas. Sua utilização, associada ao planejamento pedagógico e à formação continuada dos professores, contribui significativamente para garantir o direito à aprendizagem, ao desenvolvimento integral e à participação de todos os estudantes na escola comum.

2.4.2.5 Avaliação Inclusiva

A avaliação da aprendizagem constitui um dos pilares do processo educativo e desempenha papel fundamental na efetivação da Educação Inclusiva. Nessa perspectiva, a avaliação deve ultrapassar a função meramente classificatória e assumir caráter diagnóstico, processual e formativo, contribuindo para o acompanhamento da aprendizagem e para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Segundo Luckesi (2011), a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de investigação e tomada de decisão, possibilitando ao professor identificar os avanços, as dificuldades e as necessidades de aprendizagem dos estudantes, a fim de reorganizar continuamente o processo de ensino. Dessa forma, a avaliação deixa de representar apenas um mecanismo de atribuição de notas e passa a constituir um recurso pedagógico voltado à promoção da aprendizagem de todos.

No contexto da alfabetização e do letramento, a avaliação inclusiva pressupõe a utilização de diferentes instrumentos e estratégias avaliativas, tais como observações sistemáticas, registros descritivos, portfólios, produções textuais, rodas de conversa, atividades diversificadas e avaliações contextualizadas. Esses procedimentos permitem acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, respeitando seus diferentes ritmos, potencialidades e formas de aprender, além de fornecer subsídios para o planejamento de intervenções pedagógicas mais adequadas.

Corroborando essa perspectiva, Freire (1996) afirma que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e compromisso com uma prática educativa dialógica, pautada no acolhimento, na escuta, no diálogo e na valorização das diferenças. Assim, a avaliação deve ser compreendida como um processo humanizado, capaz de reconhecer os conhecimentos prévios dos estudantes e promover sua participação ativa na construção do conhecimento.

Essa compreensão está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o desenvolvimento de práticas avaliativas contínuas, formativas e inclusivas, voltadas ao acompanhamento do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes. Nessa perspectiva, a avaliação deve subsidiar o planejamento pedagógico e contribuir para a garantia dos direitos de aprendizagem, respeitando a diversidade e promovendo a equidade no ambiente escolar.

Desse modo, compreender a alfabetização e o letramento na perspectiva da Educação Inclusiva implica reconhecer que as barreiras à aprendizagem podem afetar qualquer estudante e que a responsabilidade pela promoção da participação, da aprendizagem e do sucesso escolar

deve ser compartilhada entre professores, equipe gestora, profissionais de apoio, famílias e demais integrantes da comunidade escolar. Assim, a avaliação inclusiva consolida-se como uma estratégia essencial para a construção de uma escola democrática, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

2.4.2.6 Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma abordagem pedagógica fundamentada nos princípios da Educação Inclusiva, cujo objetivo é planejar o ensino de forma acessível desde sua concepção, considerando a diversidade presente nas salas de aula. Segundo Zerbato e Mendes (2018), o DUA surgiu nos Estados Unidos, em 1999, desenvolvido por pesquisadores do *Center for Applied Special Technology* (CAST), inspirado no conceito de Desenho Universal da arquitetura, cuja finalidade é garantir acessibilidade para todas as pessoas, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

As autoras destacam que o DUA rompe com a lógica de elaborar adaptações exclusivamente para estudantes específicos. Em vez disso, propõe um planejamento curricular flexível e acessível desde o início, capaz de atender às necessidades de todos os estudantes, reduzindo barreiras pedagógicas e promovendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. Nessa perspectiva, o foco deixa de estar centrado na adaptação individualizada e passa a privilegiar a construção de práticas pedagógicas inclusivas que beneficiem toda a turma.

O DUA está estruturado em três princípios fundamentais. O primeiro refere-se ao **engajamento**, que consiste em oferecer diferentes estratégias para motivar, envolver e manter o interesse dos estudantes durante o processo de aprendizagem. O segundo princípio corresponde à **representação**, que propõe a apresentação dos conteúdos por diferentes meios, como recursos visuais, auditivos, concretos, digitais e multimodais, respeitando os distintos estilos e formas de aprendizagem. O terceiro princípio diz respeito à **ação e expressão**, permitindo que os estudantes demonstrem seus conhecimentos por diferentes meios, como produções escritas, apresentações orais, atividades práticas, recursos tecnológicos, produções artísticas e outras formas de expressão.

De acordo com Zerbato e Mendes (2018), essa organização favorece a construção de um currículo flexível, capaz de respeitar os diferentes ritmos, interesses, potencialidades e necessidades dos estudantes. Entre as estratégias recomendadas destacam-se a utilização de livros digitais, softwares educacionais, materiais concretos, mapas conceituais, jogos

pedagógicos, recursos multimídia, aprendizagem colaborativa, grupos heterogêneos e tecnologias assistivas, ampliando as possibilidades de acesso ao conhecimento e reduzindo a necessidade de adaptações posteriores.

Essa abordagem está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a organização de práticas pedagógicas pautadas na equidade, na valorização da diversidade e na garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Ao favorecer múltiplas formas de ensinar, aprender e avaliar, o DUA contribui para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, acessíveis e democráticos.

Além disso, o DUA fortalece o papel do professor como mediador do processo educativo, estimulando o planejamento de experiências de aprendizagem que considerem a diversidade como elemento constitutivo da sala de aula. Essa perspectiva amplia as oportunidades de participação dos estudantes, promove maior autonomia e reduz barreiras que possam comprometer o processo de alfabetização, letramento e desenvolvimento integral.

Dessa forma, o Desenho Universal para a Aprendizagem configura-se como uma importante estratégia para a efetivação da Educação Inclusiva, pois promove práticas pedagógicas mais acessíveis, flexíveis e equitativas. Ao reconhecer a diversidade como característica inerente aos contextos educacionais, o DUA contribui para a eliminação das barreiras à aprendizagem, fortalece a participação de todos os estudantes e assegura melhores oportunidades de desenvolvimento educacional, em consonância com os princípios da Educação Inclusiva e da legislação educacional brasileira.

2.4.2.7 Aplicação dos Recursos de Acessibilidade na Alfabetização e no Letramento

A aplicação dos recursos de acessibilidade nos processos de alfabetização e letramento constitui uma estratégia indispensável para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles público-alvo da Educação Especial. Esses recursos favorecem a eliminação das barreiras que dificultam o acesso ao currículo, ampliando as possibilidades de participação, comunicação e construção do conhecimento em ambientes educacionais inclusivos.

Conforme Boff e Machado (2024), a acessibilidade deve ser compreendida em suas diferentes dimensões — arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, tecnológica e atitudinal —, exigindo que a escola organize seus espaços, recursos e práticas pedagógicas de modo a assegurar não apenas o acesso dos estudantes, mas também sua permanência, participação e aprendizagem. Nesse contexto, o Atendimento Educacional

Especializado (AEE) desempenha papel complementar ao ensino comum, oferecendo recursos e estratégias que favorecem o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, sem substituir o trabalho realizado em sala de aula.

No processo de alfabetização e letramento, a utilização de recursos de acessibilidade possibilita que os estudantes tenham acesso aos conteúdos por diferentes meios, respeitando suas características, ritmos e formas de aprendizagem. Entre esses recursos destacam-se as tecnologias assistivas, os livros digitais, os materiais concretos e táteis, os recursos audiovisuais, os softwares educacionais, os jogos pedagógicos, os mapas conceituais, os sistemas de comunicação alternativa e aumentativa, os recursos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a audiodescrição, a ampliação de materiais e a adaptação de textos didáticos. Quando utilizados de forma planejada e intencional, esses recursos favorecem a compreensão do sistema de escrita alfabética, o desenvolvimento da leitura, da escrita e da participação dos estudantes nas diferentes práticas sociais de linguagem.

Corroborando essa perspectiva, Zerbato e Mendes (2018) afirmam que os recursos de acessibilidade devem integrar o planejamento pedagógico desde sua concepção, evitando que sejam utilizados apenas como adaptações pontuais. As autoras destacam o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma abordagem capaz de orientar a organização de práticas pedagógicas acessíveis, oferecendo múltiplas formas de engajamento, representação dos conteúdos e expressão da aprendizagem, de modo a contemplar a diversidade presente nas salas de aula.

Essa compreensão encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas na equidade, na valorização da diversidade e na garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Dessa forma, a utilização dos recursos de acessibilidade contribui para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, favorecendo a participação ativa dos estudantes nos processos de alfabetização e letramento e ampliando suas oportunidades de aprendizagem.

Assim, a aplicação dos recursos de acessibilidade configura-se como uma estratégia pedagógica essencial para a efetivação da Educação Inclusiva, pois possibilita que todos os estudantes participem de forma ativa e significativa das atividades escolares, desenvolvendo competências de leitura, escrita e comunicação em condições de equidade. Ao integrar esses recursos ao planejamento pedagógico, a escola fortalece o compromisso com uma educação democrática, acessível e comprometida com o desenvolvimento integral de todos os educandos.

2.4.2.8 Adaptação de Materiais Didáticos

A adaptação de materiais didáticos constitui uma estratégia pedagógica essencial para garantir a acessibilidade curricular e promover a aprendizagem de todos os estudantes em contextos educacionais inclusivos. Essa prática consiste na adequação de recursos, atividades, metodologias e conteúdos às diferentes necessidades educacionais, respeitando as características, potencialidades, interesses e formas de aprendizagem de cada estudante, sem comprometer os objetivos de aprendizagem previstos no currículo.

No contexto da alfabetização e do letramento, a adaptação de materiais didáticos possibilita que os estudantes tenham acesso ao sistema de escrita alfabética e às práticas sociais de leitura e escrita por diferentes meios, favorecendo sua participação ativa no processo de aprendizagem. Dessa forma, a utilização de recursos acessíveis amplia as oportunidades de desenvolvimento das competências linguísticas, comunicativas e cognitivas, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

Segundo Zerbato e Mendes (2018), a adaptação dos materiais deve estar articulada ao planejamento pedagógico e aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a oferta de múltiplas formas de engajamento, representação dos conteúdos e expressão da aprendizagem. Nessa perspectiva, o ensino é planejado para atender à diversidade presente nas salas de aula, reduzindo as barreiras à aprendizagem e favorecendo a participação de todos os estudantes.

Entre as adaptações que podem ser incorporadas ao contexto escolar destacam-se a utilização de textos ampliados, materiais em Braille, recursos visuais, audiolivros, livros digitais, materiais concretos e táteis, jogos pedagógicos, imagens, vídeos, softwares educacionais, tecnologias assistivas, pranchas de comunicação alternativa, materiais em formatos acessíveis e recursos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Quando integrados ao planejamento pedagógico, esses recursos favorecem a compreensão dos conteúdos, ampliam o acesso ao currículo e possibilitam que os estudantes desenvolvam suas habilidades de acordo com suas necessidades e potencialidades (Zerbato; Mendes, 2018).

Corroborando essa perspectiva, Boff e Machado (2024) afirmam que a acessibilidade pedagógica constitui um dos pilares da Educação Inclusiva, sendo responsabilidade da escola organizar recursos, estratégias e práticas que assegurem a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Para as autoras, a adaptação de materiais didáticos contribui para a eliminação das barreiras metodológicas,

comunicacionais e instrumentais, fortalecendo o direito à educação em condições de equidade e respeito à diversidade.

Essa compreensão encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, pautadas na equidade, na valorização das diferenças e na garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Assim, a adaptação de materiais didáticos favorece a construção de ambientes educacionais acessíveis, nos quais cada estudante possa participar ativamente do processo de alfabetização e letramento, desenvolvendo suas potencialidades em condições de igualdade.

Dessa forma, a adaptação de materiais didáticos configura-se como uma estratégia indispensável para a efetivação da Educação Inclusiva, pois possibilita que o currículo seja acessível a todos os estudantes, amplia as oportunidades de aprendizagem e fortalece o desenvolvimento da leitura, da escrita e da participação nas práticas sociais. Ao integrar recursos acessíveis ao planejamento pedagógico, a escola reafirma seu compromisso com uma educação democrática, inclusiva e de qualidade para todos.

2.4.2.9 Mediação Pedagógica

A mediação pedagógica constitui um dos principais fundamentos da prática docente na perspectiva da Educação Inclusiva, pois compreende o conjunto de ações planejadas pelo professor para favorecer a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes. Nessa concepção, o docente deixa de exercer apenas a função de transmissor de conhecimentos e assume o papel de mediador do processo educativo, organizando experiências de aprendizagem que considerem as diferentes necessidades, potencialidades, interesses e ritmos de aprendizagem presentes na sala de aula.

No contexto da alfabetização e do letramento, a mediação pedagógica assume papel decisivo na construção do conhecimento, uma vez que possibilita aos estudantes desenvolverem habilidades de leitura, escrita e interpretação por meio da interação com o professor, com os colegas e com os diferentes recursos didáticos disponíveis. Conforme Vygotsky (1997), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio das interações sociais, sendo a mediação um elemento essencial para potencializar a aprendizagem e favorecer o desenvolvimento integral do estudante.

Corroborando essa perspectiva, Zerbato e Mendes (2018) afirmam que a mediação pedagógica deve estar fundamentada nos princípios do Desenho Universal para a

Aprendizagem (DUA), orientando o planejamento de práticas pedagógicas acessíveis e flexíveis desde sua concepção. As autoras defendem que o professor ofereça múltiplas formas de engajamento, diferentes maneiras de representação dos conteúdos e variadas possibilidades de ação e expressão da aprendizagem, reduzindo as barreiras ao ensino e ampliando as oportunidades de participação de todos os estudantes.

Nesse contexto, a mediação pedagógica envolve a utilização de metodologias ativas, aprendizagem colaborativa, trabalho em grupos heterogêneos, tutoria entre pares, recursos tecnológicos, tecnologias assistivas, materiais acessíveis e estratégias diversificadas de ensino. Essas práticas favorecem a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, nos quais a diversidade é reconhecida como elemento constitutivo do processo educativo e a aprendizagem ocorre de forma colaborativa, significativa e participativa.

Boff e Machado (2024) ressaltam que a atuação do professor é indispensável para a consolidação da Educação Inclusiva, sendo necessária uma prática pedagógica comprometida com a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação, bem como com a garantia da acessibilidade em suas diferentes dimensões. As autoras destacam, ainda, a importância da formação continuada, do planejamento colaborativo e da articulação entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe gestora e famílias, fortalecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e assegurando o direito à educação em condições de equidade.

Essa compreensão encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas no estudante, na valorização da diversidade, na promoção da equidade e na garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa perspectiva, a mediação pedagógica favorece a construção de experiências de aprendizagem significativas, respeitando as singularidades dos estudantes e ampliando suas possibilidades de participação nos processos de alfabetização e letramento.

Dessa forma, a mediação pedagógica configura-se como uma estratégia essencial para a efetivação da Educação Inclusiva, pois fortalece a interação entre professor, estudante e conhecimento, promove a eliminação das barreiras à aprendizagem e contribui para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da autonomia e da participação de todos os educandos. Ao fundamentar-se em práticas colaborativas, acessíveis e flexíveis, a mediação pedagógica reafirma o compromisso da escola com uma educação democrática, inclusiva e de qualidade para todos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, por buscar compreender e interpretar os processos de alfabetização e letramento na perspectiva da Educação Inclusiva, considerando as barreiras que podem interferir na aprendizagem e na participação dos estudantes, bem como as estratégias pedagógicas voltadas à sua superação. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar uma análise aprofundada dos fenômenos educacionais investigados, valorizando os significados, as experiências e os contextos sociais relacionados ao objeto de estudo. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, das crenças, dos valores e das relações humanas, permitindo compreender aspectos da realidade que não podem ser reduzidos à quantificação. A autora afirma que "a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado" (MINAYO, 2001, p. 21).

Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter descritivo e exploratório. Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como finalidade descrever as características de determinado fenômeno e estabelecer relações entre suas variáveis. Nessa perspectiva, este estudo descreve os desafios e as estratégias relacionados aos processos de alfabetização e letramento na perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase na superação das barreiras à aprendizagem e à participação.

Além disso, a pesquisa apresenta caráter exploratório, pois busca ampliar o conhecimento acerca da temática investigada e proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa. Conforme Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e para o aprofundamento das discussões sobre o objeto investigado.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos legais relacionados à alfabetização, ao letramento, à Educação Especial e à Educação Inclusiva. De acordo com Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos.

Sob essa perspectiva, Lakatos e Marconi (2021) afirmam que a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador estabelecer contato direto com a produção científica existente sobre determinado tema, favorecendo a análise crítica do conhecimento acumulado e contribuindo para a construção de novas interpretações acerca do objeto investigado.

O corpus teórico da pesquisa foi constituído por obras clássicas e contemporâneas sobre alfabetização, letramento, Educação Especial e Educação Inclusiva, bem como por artigos científicos e documentos legais que fundamentam a temática. Entre os principais referenciais destacam-se os estudos de Zerbato e Mendes (2018), que discutem o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como estratégia para reduzir barreiras à aprendizagem por meio de currículos flexíveis e acessíveis, e de Boff e Machado (2024), que analisam os fundamentos legais e pedagógicos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, enfatizando a acessibilidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e atitudinais, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a formação continuada dos professores como elementos essenciais para a garantia do direito à educação.

Também compõem o referencial teórico desta pesquisa as contribuições de Magda Soares, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, Maria Teresa Eglér Mantoan, Lev Vygotsky, Booth e Ainscow, Paulo Freire, Tomlinson, Luckesi, Moran, Bersch, Meyer, Rose e Gordon, entre outros autores que discutem a alfabetização, o letramento, a aprendizagem, a Educação Inclusiva e as estratégias pedagógicas voltadas à eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação.

A análise do material bibliográfico possibilitou identificar os principais desafios enfrentados nos processos de alfabetização e letramento em contextos inclusivos, bem como as estratégias pedagógicas capazes de favorecer a aprendizagem e a participação dos estudantes, com destaque para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), os recursos de acessibilidade, a adaptação de materiais didáticos, a mediação pedagógica, a flexibilização curricular, a diferenciação pedagógica, a aprendizagem colaborativa, as tecnologias assistivas e a avaliação inclusiva.

Dessa forma, a pesquisa evidencia que a promoção da alfabetização e do letramento na perspectiva da Educação Inclusiva depende da implementação de práticas pedagógicas acessíveis, da eliminação das barreiras à aprendizagem e da construção de ambientes escolares fundamentados nos princípios da equidade, da acessibilidade, do respeito à diversidade e da garantia do direito à educação para todos os estudantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que os processos de alfabetização e letramento, na perspectiva da Educação Inclusiva, exigem o reconhecimento de que a aprendizagem ocorre de formas distintas e em diferentes ritmos. Nessa perspectiva, as dificuldades encontradas pelos

estudantes não devem ser compreendidas exclusivamente a partir de suas características individuais, mas também das condições pedagógicas, institucionais e sociais oferecidas pela escola. Assim, torna-se necessário analisar o contexto educacional como um todo, considerando as barreiras que podem limitar o acesso, a participação e a aprendizagem.

Os estudos analisados demonstram que as estratégias pedagógicas inclusivas constituem elementos fundamentais para a superação das barreiras à aprendizagem e à participação. Entre essas estratégias destacam-se a flexibilização curricular, a diferenciação pedagógica, a utilização de recursos de acessibilidade, a adaptação de materiais didáticos, a mediação pedagógica, a aprendizagem colaborativa, as tecnologias assistivas e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que favorecem a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, equitativos e participativos.

Os estudos de Zerbato e Mendes (2018) evidenciam que o DUA representa uma importante estratégia para reduzir barreiras à aprendizagem por meio da organização de currículos flexíveis, planejados para contemplar a diversidade desde sua concepção. Segundo as autoras, a oferta de múltiplas formas de engajamento, de representação dos conteúdos e de ação e expressão amplia as possibilidades de participação dos estudantes, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores e favorecendo uma aprendizagem mais significativa. Nessa mesma perspectiva, Boff e Machado (2024) afirmam que a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva depende da garantia da acessibilidade em suas diferentes dimensões, da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da formação continuada dos professores e da eliminação das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e atitudinais.

Para as autoras, a inclusão somente se concretiza quando a escola reorganiza suas práticas pedagógicas e institucionais de modo a assegurar condições efetivas de acesso, permanência, participação e aprendizagem. As contribuições de Mantoan (2015) reforçam essa compreensão ao defender que a Educação Inclusiva pressupõe uma reorganização da escola para responder à diversidade presente nas salas de aula. Nessa perspectiva, o foco desloca-se das limitações individuais dos estudantes para a responsabilidade institucional de construir ambientes acessíveis e acolhedores, capazes de garantir oportunidades de aprendizagem a todos.

Assim, a inclusão deixa de ser compreendida como um conjunto de ações direcionadas exclusivamente aos estudantes público-alvo da Educação Especial e passa a constituir um princípio orientador da educação para todos. Sob essa mesma lógica, Boff e Machado (2024) destacam que a inclusão fundamenta-se no modelo social da deficiência, segundo o qual as limitações decorrem, em grande medida, das barreiras existentes no ambiente escolar e na

sociedade. Dessa forma, cabe às instituições educacionais desenvolver políticas, práticas pedagógicas e recursos que promovam a acessibilidade e valorizem a diversidade como princípio fundamental da educação.

Outro aspecto evidenciado pela literatura refere-se à importância da mediação pedagógica. Conforme Vygotsky (1997), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e das mediações estabelecidas entre o estudante, o professor e o contexto educativo. Assim, a atuação docente assume papel central na organização de situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, oferecendo os apoios necessários para que avancem em seu processo de construção do conhecimento.

Os estudos de Zerbato e Mendes (2018) demonstram que essa mediação torna-se mais efetiva quando articulada aos princípios do DUA, possibilitando a diversificação das metodologias, dos recursos didáticos e das formas de avaliação. A utilização de tecnologias assistivas, materiais concretos, recursos visuais, aprendizagem colaborativa, grupos heterogêneos e diferentes formas de participação favorece a construção de ambientes escolares mais inclusivos e amplia as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

Os resultados da revisão bibliográfica também evidenciam que práticas pedagógicas inclusivas contribuem significativamente para o fortalecimento dos processos de alfabetização e letramento. A utilização de materiais diversificados, jogos pedagógicos, recursos visuais, tecnologias digitais, atividades colaborativas e diferentes estratégias de ensino favorece a participação dos estudantes, amplia as possibilidades de construção do conhecimento e promove maior autonomia durante o processo de aprendizagem.

Outro resultado relevante refere-se à necessidade de incorporar os recursos de acessibilidade e a adaptação de materiais didáticos ao planejamento pedagógico desde sua concepção. Conforme Zerbato e Mendes (2018), tais recursos não devem constituir respostas pontuais às necessidades de determinados estudantes, mas integrar práticas pedagógicas planejadas para atender à diversidade presente nas salas de aula, beneficiando toda a comunidade escolar.

Apesar dessas contribuições, a literatura demonstra que a efetivação da Educação Inclusiva ainda enfrenta importantes desafios. Entre eles destacam-se a insuficiência da formação inicial e continuada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos, as limitações estruturais das escolas, a fragilidade das políticas institucionais e a permanência de metodologias de ensino padronizadas, fatores que dificultam a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas.

Nesse sentido, Boff e Machado (2024) ressaltam que, embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, ainda existe um distanciamento entre os dispositivos legais e sua efetiva implementação nas instituições de ensino. As autoras apontam que a insuficiência de investimentos, a permanência de barreiras atitudinais e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas continuam comprometendo a garantia do direito à educação para todos.

Corroborando essa discussão, Booth e Ainscow (2011) afirmam que as barreiras à aprendizagem e à participação são produzidas pelos contextos educacionais e podem ser reduzidas quando as escolas desenvolvem políticas, culturas e práticas comprometidas com a inclusão. Essa compreensão permite reconhecer que muitas dificuldades atribuídas aos estudantes decorrem das limitações existentes no próprio ambiente escolar, reforçando a necessidade de reorganização das práticas educativas.

Diante desse cenário, verifica-se que a superação das barreiras à aprendizagem exige uma mudança de paradigma, na qual a diversidade seja reconhecida como característica inerente aos contextos educacionais. Isso implica compreender que todos os estudantes podem necessitar, em diferentes momentos de sua trajetória escolar, de estratégias diversificadas, recursos de acessibilidade e apoios pedagógicos que favoreçam sua aprendizagem e participação. Assim, os resultados desta pesquisa indicam que a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas contribui significativamente para os processos de alfabetização e letramento, especialmente quando fundamentada em práticas flexíveis, colaborativas e centradas nas potencialidades dos estudantes.

Os estudos analisados demonstram que o Desenho Universal para a Aprendizagem, os recursos de acessibilidade, a adaptação de materiais didáticos, a mediação pedagógica e as metodologias inclusivas favorecem a construção de ambientes escolares mais acessíveis, democráticos e equitativos. Dessa forma, conclui-se que a consolidação da Educação Inclusiva depende do compromisso coletivo de gestores, professores, famílias e demais profissionais da educação com a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação, reafirmando o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, pautada na equidade, no respeito à diversidade e na garantia da aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender que os processos de alfabetização e letramento, na perspectiva da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,

ultrapassam a aquisição das habilidades de leitura e escrita, constituindo-se como instrumentos essenciais para o desenvolvimento humano, a participação social e o exercício da cidadania. Os resultados evidenciaram que a aprendizagem deve ser compreendida como um processo que respeita a diversidade humana e reconhece que as barreiras à aprendizagem e à participação podem afetar qualquer estudante, independentemente da existência de deficiência, diagnóstico ou necessidade educacional específica.

A revisão bibliográfica demonstrou que a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas favorece significativamente os processos de alfabetização e letramento. Entre essas estratégias destacam-se a flexibilização curricular, a diferenciação pedagógica, a aprendizagem colaborativa, a mediação pedagógica, a utilização de tecnologias digitais e assistivas, os recursos de acessibilidade, a adaptação de materiais didáticos e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Tais estratégias ampliam as oportunidades de aprendizagem, reduzem barreiras e promovem maior participação dos estudantes nas atividades escolares, contribuindo para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, equitativos e inclusivos.

Os estudos de Zerbato e Mendes (2018) evidenciaram que o DUA constitui uma importante abordagem para o planejamento de práticas pedagógicas acessíveis desde sua concepção, beneficiando todos os estudantes por meio da oferta de múltiplas formas de engajamento, representação dos conteúdos e expressão da aprendizagem. Da mesma forma, Boff e Machado (2024) reforçam que a efetivação da Educação Inclusiva depende da garantia da acessibilidade em suas diferentes dimensões, da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da formação continuada dos professores e da eliminação das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e atitudinais presentes nos contextos escolares.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou que persistem desafios importantes para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Entre eles destacam-se a insuficiência da formação inicial e continuada dos professores, a limitação de recursos pedagógicos e tecnológicos, as fragilidades estruturais das instituições de ensino e a permanência de práticas pedagógicas padronizadas que, muitas vezes, desconsideram a diversidade existente nas salas de aula. Além disso, verificou-se que ainda há um distanciamento entre os avanços previstos na legislação e sua efetiva implementação no cotidiano escolar, o que evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Inclusiva.

Conclui-se, portanto, que a superação das barreiras à aprendizagem e à participação exige o compromisso coletivo de gestores, professores, famílias, profissionais da educação e demais atores envolvidos no processo educativo. A construção de uma escola inclusiva requer

planejamento pedagógico acessível, práticas colaborativas, valorização das diferenças e garantia de condições que assegurem a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento de todos os estudantes.

Esta pesquisa contribui para ampliar as discussões sobre alfabetização e letramento na perspectiva da Educação Inclusiva, evidenciando que a efetivação desse direito depende da reorganização das práticas pedagógicas e da construção de ambientes escolares fundamentados na equidade, na acessibilidade, no respeito à diversidade e na garantia dos direitos de aprendizagem previstos na legislação educacional brasileira e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Por fim, espera-se que este estudo possa subsidiar novas pesquisas e contribuir para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas desenvolvidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, incentivando a implementação de estratégias inclusivas que favoreçam a alfabetização, o letramento e o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Dessa forma, reafirma-se que a Educação Inclusiva constitui um compromisso ético, social e educacional com a promoção de uma escola democrática, acolhedora e comprometida com a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017.

BOFF, A. P.; MACHADO, A. B. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e85133, 2024.

BOOTH, Tony; AINSWORTH, Mel. *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas*. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CORDEIRO, Luciana Peixoto; ROSA, Maria Eduarda da Silva. Educação inclusiva: desafios e perspectivas para a construção de uma escola democrática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 6, p. 1-15, 2024.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Summus, 2015.

MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. **Universal Design for Learning: theory and practice**. Wakefield, MA: CAST Professional Publishing, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOMLINSON, Carol Ann. *The differentiated classroom: responding to the needs of all learners*. 2. ed. Alexandria, VA: ASCD, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Fundamentos de defectologia*. Havana: Pueblo y Educación, 1997.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.